

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE

Aos trinta dias do mês de março de 2007, das 09:00 às 13:00 hs, estiveram reunidos no auditório do colégio Liceu, no município de Jaguaribara, os representantes das instituições membros deste comitê, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I) Abertura/Informes; II) Discussão dos impactos ambientais da Barragem de Santana (Jaguaribe); III) Discussão sobre a construção de casas próxima a área de preservação permanente do Açude Castanhão (Trecho BR 116); IV) Encaminhamentos. O Presidente do comitê, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, representante da Câmara Municipal de Solonópole, e o Vice-Presidente, Sr. José Daciso Maia de Sousa, representante da Associação Comunitária João Firmino de Almeida – AJFA, de Ererê, abriram a reunião dando boas vindas e desejando bom trabalho a todos. Já o Secretário Geral do comitê, Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Iracema, não pôde se fazer presente a reunião. Em seguida, foi lida a pauta do dia. Posteriormente, o Sr. Marcos André Lima da Cunha, Técnico do Núcleo de Gestão da COGERH de Limoeiro do Norte, deu continuidade aos trabalhos com os informes. Primeiramente, relatou sobre o problema estabelecido no Açude Santa Maria, onde os usuários de entorno e ex-proprietários apropriaram-se das áreas indenizadas e as utilizam para plantio de vazantes. Este fato já gerou muitas discussões e conflitos, pois as agressões a qualidade da água já são visíveis e os danos ambientais, como desmatamentos, são constantes na área de preservação permanente. Relatou que houve uma denuncia de venda de terra, na área indenizada, a qual pertenceu ao Sr. Assis, construção de cercas em área de proteção permanente e desmatamento das referidas áreas. Segundo a denuncia, a área comprada pelo usuário foi cercada e assim foi impedido o acesso a água aos usuários que moram próximo ao local. O Sr. André continuou informando que na visita realizada, após a denuncia, foi verificada na área do denunciante infrações da mesma natureza, pois foi identificado um desmatamento da área de preservação do reservatório vizinho ao terreno do denunciante. Terminou dizendo que os técnicos da COGERH de Limoeiro do Norte estão elaborando um relatório da visita para pontuar os danos e irregularidades da área em questão e encaminhá-lo a direção da COGERH em Fortaleza, para que sejam tomadas as providências necessárias, como encaminhar o caso ao Ministério Público. Depois anunciou que os cofres do governo do Estado ainda continuam fechados, inviabilizando a conclusão das ações do projeto do comitê, ressaltando que para não comprometer os recursos da segunda parcela do projeto, havia sido feito um aditivo de prazo, no mês de novembro de 2006 com prazo final para o dia 26 de março 2007, e como ainda não foi liberado o recurso foi feito um segundo aditivo que será válido até o dia 25 de maio de 2007. Dando continuidade aos informes, o Sr. Marx Carrieri colocou que o comitê havia enviado dois ofícios ao DNOCS, como encaminhamentos deliberado na última reunião do comitê, onde o primeiro solicitava deste órgão esclarecimentos a respeito da suspeita de construção de casas próxima a área de preservação permanente do açude Castanhão, na BR 116 (início do desvio da rodovia), e o segundo ofício informava ao órgão federal o recebimento pelo comitê de um manifesto do MAC – Movimento de Ação Comunitária, do município de Solonópole, com o interesse de inclusão do Açude Público Riacho do Sangue, daquele município, para a formação da sua comissão gestora, além do desejo de se iniciar as discussões para a realização de cursos e capacitação para a implementação de projetos de aqüicultura e irrigação, tendo em vista as potencialidades existentes naquela região. Finalizando os informes, o Sr. André Leitão Mavignier, representante do DNOCS, comunicou que o órgão está com um novo administrador no Açude Castanhão, o Sr. Getúlio Carneiro, estando esse a disposição para servir no que for necessário. Posteriormente, passou-se a discutir o primeiro ponto da pauta. Primeiramente, o Sr. Marcos André expôs que na reunião de avaliação da alocação das águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, realizada no dia 02 de fevereiro de 2007, em Limoeiro do Norte, foi solicitado por representantes da sub-bacia do Salgado alguma providência acerca da Barragem de Santana, localizada no município de Jaguaribe, pois devido à falta de licença de construção, e desconhecimento do projeto de construção, foi concluído um barramento com uma altura considerável e sem comportas para manuseio da água. Devido à altura do barramento tem

acarretado a mortandade de peixes todos os anos durante o período da quadra chuvosa na região. Este fato tem gerado sérios problemas ambientais que afetam principalmente a região do Salgado. Portanto, baseado nesta denúncia, o Sr. Marcos André informou que no dia 14 de março a COGERH fez uma visita ao local para constatar o fato, tendo sido fotografada a área. Estas fotos foram apresentadas, através de transparências, para a plenária. Além de mostrar as fotos aos presentes, o Sr. Marcos André descreveu a realidade presenciada no local, explicando que a barragem possui uma extensão de aproximadamente 500m, variando a altura ao longo do seu percurso, com declividades maiores em alguns trechos, enquanto em outros a declividade é menor, mas ficando sempre entre 4,5 e 5,0m de altura, o que impede a subida de peixes durante o período de piracema. Segundo ele, com a verificação da mortandade de peixes na área, a Prefeitura de Jaguaribe tentou amenizar o impacto com a construção de uma escadaria para servir de travessia para os peixes subirem no rio durante a piracema. Porém, foi constatado pelos técnicos da COGERH que a escada escamada foi insuficiente para resolver o problema, pois ela foi construída apenas em um pequeno trecho da barragem, localizada à margem direita do rio, ou seja, na parte principal do rio, o leito, não existe essa opção para os peixes. Conclusão, apesar de uma quantidade significativa de peixes realizar a travessia por essa escadaria, a maior parte não consegue fazê-la, e que seria necessário a construção de, no mínimo, mais duas escadas escamadas ao longo da barragem para solucionar definitivamente o problema. Além disso, foi informado que em um determinado ponto da barragem foi construído um tanque para banhistas. O técnico da COGERH enfatizou as conseqüências de problemas relacionados ao meio ambiente, já que, nesse caso específico, os impactos foram sentidos não na área de ocorrência do problema, mas sim na região do Cariri, com a verificação de falta de peixes no período da mortandade. Colocou, também, que já foi feito um relatório sobre essa problemática e enviado a direção da COGERH em Fortaleza, que acionará a Prefeitura de Jaguaribe para que sejam tomadas as medidas necessárias, na tentativa de solucionar o caso. O Sr. Raimundo Augusto Sobrinho, representante da Associação Comunitária Santa Terezinha, de Ererê, perguntou se a SEMACE não sabe da existência deste problema. O Sr. Marcos André relatou que não sabe responder esta questão, mas acha que provavelmente o fato da mortandade já é de conhecimento estadual, pois já foi noticiado nos jornais de circulação no Ceará. A barragem foi uma realização da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, em gestão passada, mas foi construída sem a devida licença de construção de obra hídrica, a qual é outorgada pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará e muito provavelmente sem a autorização do órgão responsável pelo licenciamento ambiental no Ceará. Enfatizou que acha importante a tentativa de solução do problema através da construção das escadas, no entanto, por ser uma medida paliativa faz-se necessário que o comitê defina algum encaminhamento para a questão. O Sr. Francisco de Assis Rabelo Pereira, representante da Prefeitura Municipal de Alto Santo, interrogou sobre quem é o responsável pela barragem, sendo respondido pelo Sr. Marcos André que é a Prefeitura Municipal de Jaguaribe, destacando, também, que esses mesmos problemas ocorreram ano passado no Açude Riacho do Sangue, no município de Solonópole, e que este ano ainda não se repetiu o fato devido o volume de chuva caída, ter sido relativamente menor. Já o Sr. Marx Carrieri argumentou que outro fator que tem contribuído para a não repetição da mortandade de peixes naquele reservatório deve-se ao fato do açude está sangrando, episódio que não aconteceu em 2006. Após essas discussões partiu-se para definir o encaminhamento para a questão. A Sra. Neyla Cristina de Oliveira Lima, representante da CAGECE, de Russas, sugeriu o envio de um ofício para o prefeito de Jaguaribe solicitando informações técnicas sobre a barragem. Já o Sr. José Williams Henrique de Sousa, representante da SEMACE, propôs que fosse solicitada dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente, como SEMACE e IBAMA, a realização de uma vistoria técnica no local. O Sr. Marcos André explicou que a obra não foi realizada pela atual gestão municipal, e que, na época, o prefeito idealizador da obra não estava aberto para discutir os problemas gerados pela construção da barragem. Entretanto, ainda não se tentou um contato com a nova administração para se saber o posicionamento do atual gestor. O Sr. Assis Rabelo colocou que, independente de qual prefeito tenha realizado a construção, o fato é que ela existe e a responsabilidade é do município. Portanto, tem que se procurar o gestor atual do município. Já o Sr. Marx Carrieri propôs como

encaminhamento verificar com o IBAMA, a SEMACE e a Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, se esses órgãos deram a licença para a realização desta obra. O Sr. Marcos André relatou que na reunião de operação do Açude Riacho do Sangue, realizada no dia 23 de março de 2007, foi sugerida a construção de escadas para solucionar o problema da mortandade de peixes que também ocorre lá. Concluída essa discussão, partiu-se para debater sobre o segundo ponto da pauta, que se tratava da suspeita de construções de casas irregulares próximas a área de preservação permanente do Açude Castanhão, na BR 116 (início do desvio da rodovia), pois, segundo informações, estão sendo feitas entre a cota 106 e 110, próxima a área de preservação permanente daquele reservatório. O Sr. Marx Carrieri informou que esta denúncia foi levantada pelo Sr. Carlos Merival Gomes de Azevedo, representante suplente da SEAGRI de Jaguaribara, na capacitação do comitê realizada em 23 de novembro de 2006. Com isso, o comitê enviou um ofício ao DNOCS pedindo que informações fossem encaminhadas através de relatório de visita realizada por técnicos deste órgão, se possível com fotos e identificação do responsável pela construção e o objetivo das residências. O Sr. Marcos André comunicou que o representante da SEAGRI também havia apresentado esta denúncia na reunião do comitê do Baixo Jaguaribe, realizada no dia 13 de dezembro de 2006, em Russas, e que na última reunião ordinária do Baixo Jaguaribe, a representante do DNOCS neste colegiado, Sra. Keila Margareth Cândido Rolim, informou que o DNOCS já estava a par da situação e que foi formada uma comissão de técnicos para estudar o caso. Entretanto, o Sr. André Mavignier, adiantou que, em análises preliminares já foi concluído que as casas estão situadas acima da cota 110e que não causará nenhum tipo de impacto ambiental. Já o Sr. Assis Rabelo explicou que, como as casas tratam-se de um projeto da Prefeitura Municipal de Alto Santo, em atendimento a solicitação de pescadores que moram as margens do açude em condições subumanas, ele, como representante do poder público daquele município no comitê, havia entrado em contato com o prefeito para saber mais detalhes do projeto, sendo esclarecido pelo administrador municipal que as casas foram construídas com a autorização do DNOCS, pois as novas moradias atendiam as exigências das normas ambientais e que estão sendo instaladas fossas em todas as residências. Posteriormente, o Sr. José Jerônimo solicitou que o Sr. Marcos André fizesse uma explanação de como se encontram os problemas existentes no Açude Santa Maria, no município de Ererê, já que foi citado nos informes o registro de mais um conflito naquela região. O técnico da COGERH fez um resgate do caso, explicando que o Açude Santa Maria foi construído pelo Governo do Estado e teve toda sua área indenizada. No entanto, o açude Santa Maria continuou com sua área próxima ao reservatório ocupada pelos seus ex-proprietários que, em virtude da utilização irregular do mesmo, vem gerando conflitos entre os múltiplos usuários. Recentemente, a COGERH foi comunicada da existência de mais um conflito entre ex-proprietários quanto ao uso da bacia hidráulica e da área preservação permanente do reservatório. Com base na denúncia, uma equipe técnica da companhia realizou uma visita ao local no dia 06 de março de 2007, para identificar o problema. Essa situação conflituosa foi comprovada, embora não tenha sido comprovada a venda de área indenizada por qualquer documento de compra e venda, mas de acordo com alguns moradores, a venda foi efetivada e os negociantes fizeram acordo para negar tal fato. E, após essa venda o novo proprietário construiu uma cerca de arame que se encontra na bacia hidráulica, dificultando a movimentação dos vazanteiros e impedindo o acesso à água na frente dos terrenos dos demais moradores. Na vistoria, a equipe técnica se reuniu com um dos prejudicados na sua residência que expôs a realidade, porém, no momento de averiguar pessoalmente a área o denunciante não pôde acompanhá-los. Com isso, os técnicos da COGERH ao realizarem a inspeção no local, identificaram, ainda, que existem várias agressões ambientais em torno do açude e, curiosamente, foi presenciado que esses impactos são gerados, inclusive, pelos próprios denunciante. O Sr. André disse que foram tentadas várias negociações para minimizar os danos ambientais ao reservatório, inclusive a formação de uma comissão que contava com a participação do poder público do município, instituições da sociedade civil, ex-proprietários, vazanteiros e interessados na utilização da água, para a construção de uma proposta de uso sustentável em torno do açude, mas que este trabalho foi boicotado, pois as reuniões foram esvaziando e que ficaram sabendo que uma parte de ex-proprietários não queria o trabalho, pois pretendiam utilizar as vazantes sozinhas e da forma

como bem quisessem. Após esses relatos, o Sr. Marx Carrieri quis saber qual o posicionamento da COGERH quanto ao caso. O Sr. André disse que a gerência regional de Limoeiro do Norte pretende encaminhar o fato ao comitê para apreciação e sugere que o fato seja encaminhado ao Ministério Público para a solução definitiva. O Sr. André completou dizendo que uma das soluções apontadas pelos ex-proprietários é que seja cercada toda a área indenizada de entorno do açude com arames. No entanto, a posição da gerência regional é que isso não resolveria o problema, pois baseado em outros locais em que foram cercadas áreas pertencentes ao Estado, são roubados os fios de arame, mesmo no Canal da Integração onde há segurança armada e câmeras filmadoras. O Sr. José Jerônimo propôs que uma alternativa viável seria a demarcação da área, sendo informado pelo Sr. André que isso já foi feito na época da construção do açude, onde foi feita a poligonal que demarcava a área, mas a população destruiu os pilares e mesmo deslocou do local original para conquistar mais terras próximas a água. Além disso, o técnico da COGERH disse que é normal ocorrerem nas margens do açude à criação de animais, relatando que um dos moradores costuma criar porcos praticamente dentro do reservatório e sempre que o mesmo é denunciado e os órgãos competentes comparecem ao local, ele se compromete a se adequar às exigências e não permitir a entrada de seus animais na bacia hidráulica, afastando os bichos para uma área distante do açude, porém, com o passar do tempo os animais vão aos poucos retornando para o entorno do reservatório e a prática poluidora volta a se repetir. O Sr. Marx Carrieri perguntou ao representante do município de Ererê, Sr. Raimundo Augusto, como ele definiria a problemática num contexto geral, se a inviabilidade para a resolução destes conflitos se deve a questões políticas no município, enfim, se o poder público não intervém ativamente na questão por não querer atrito com as partes. Em resposta, o Sr. Raimundo Augusto expôs que a situação é muito complexa e que a sua atuação no conflito sempre foi na tentativa de buscar alternativas que contemplem os interesses de todos os envolvidos, entretanto, o caso já tomou proporções muito complicadas, onde alguns dos envolvidos não estão abertos para o diálogo, afrontando e tentando acuar os demais com ameaças violentas. Com relação a isso, o Sr. André disse que o gerente da COGERH de Limoeiro do Norte foi um dos que já sofreram ameaças pessoais. O Sr. José Jerônimo quis saber se o relatório feito pela COGERH vai ser enviado para o setor jurídico da instituição ou para o comitê. O técnico da companhia falou que a gerência regional da COGERH não tomou nenhuma atitude, mas que, particularmente, ele acredita que é mais viável repassá-lo a direção do comitê, pois, só assim poderá ser agilizada alguma ação mais rapidamente, já que pela instância jurídica isso pode demorar muito. Ao final desta discussão foi tirado como encaminhamento o envio do relatório para ambas as partes, tanto para a diretoria do colegiado como para o setor jurídico da COGERH, e como sugestão foi proposto que na próxima reunião ordinária do comitê, esse relatório fosse lido para a plenária. Finalizado esse ponto da pauta, partiu-se para definir as próximas atividades do comitê, com base na programação elaborada no Seminário de Planejamento. O Sr. José Daciso sugeriu que o colegiado realizasse uma audiência sobre a transposição do Rio São Francisco. A plenária concordou, sendo indicado pelo Sr. Williams Henrique o nome da Sra. Maria Zita Timbó, presidente do Comitê da Metropolitana, como palestrante. Já o Sr. Marx Carrieri propôs o nome do Sr. Francisco José Coelho Teixeira, Diretor Presidente da COGERH, além de algum representante do Ministério da Integração Nacional. O Sr. Marcos André argumentou que não é interessante uma exposição apenas com conferencistas que defendam o projeto, sendo que o debate se tornaria mais rico e formador de opinião se no evento estivesse algum debatedor com argumentos contrários a transposição para que pudessem ser confrontadas as idéias. Desta forma, o Sr. Francisco Edésio de Oliveira, representante/suplente da EMATERCE, de Jaguaribe, indicou como referência na luta contra a transposição o ex-deputado federal João Alfredo, membro da Frente por uma nova cultura da água e contra a transposição do rio São Francisco. Em seguida, o Sr. Cleto Barreto Chaves, representante do SAAE, de São João do Jaguaribe, falou que ao invés de se realizar um encontro para discutir a transposição do Rio São Francisco, seria mais importante para o comitê que fossem abordadas questões mais ligadas diretamente a nossa realidade, como os lixões, poluição dos açudes, desmatamentos etc. Portanto, foi acordado que no mês de maio será realizada uma reunião extraordinária do comitê, onde será convidado o novo representante do DNOCS no Açude

Castanhão, Sr. Getúlio Carneiro, para que ele faça uma exposição dos problemas ambientais verificados naquela área. Outro encaminhamento definido foi que na próxima reunião ordinária do colegiado, agendada para o mês de junho, esteja presente a nova direção da COGERH para apresentar as propostas e perspectivas para essa nova administração da companhia na região do Médio Jaguaribe. Enquanto que a audiência sobre a transposição do Rio São Francisco, por não ser uma questão tão urgente, ficaria para ser realizada mais no futuro. O Sr. Marcos André informou, ainda que, segundo o cronograma de atividades do comitê, estava previsto para o mês de abril uma capacitação sobre elaboração de projetos, e que já tinha entrado em contato com o Sr. Ubirajara Patrício, Gerente de Gestão da COGERH, para tratar da contratação de instrutores para este evento. Ficando este, responsável em entrar em contato com o comitê do Litoral, pois este comitê realizou, recentemente, uma capacitação com esse mesmo tema. Portanto, o Sr. Ubirajara Patrício ficou de retornar comunicando os nomes dos instrutores e o valor do curso. Quanto à carga horária do referido curso, o técnico da COGERH acredita que o ideal é a realização de um evento em dois dias, mas a plenária discordou e acha que é possível executar em um único dia, e para que o dia seja mais bem aproveitado foi sugerido que os trabalhos começassem às 08:00 horas e que o almoço fosse servido no próprio local do evento, para evitar perda de tempo com deslocamentos. Finalizando a reunião, o Sr. Cleto Chaves solicitou que na próxima reunião ordinária seja colocado na pauta uma discussão acerca do Centro de Educação Ambiental. Nada mais havendo a se tratar e dando-se por concluída esta reunião, eu, Vandeburgue Martins Chaves, Secretário Administrativo do comitê, declaro encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH Médio Jaguaribe.